

RESUMO - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO: ALIMENTOS E ALIMENTAÇÃO
COLETIVA

**ANÁLISE DOS GASTOS REAIS X REPASSE DE VERBAS PARA A
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE DUAS ESCOLAS ESTADUAIS DO INTERIOR
DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

Milena Ernandes Sanches (milenaernandes@gmail.com)

Tânia Muzy Da Silva (tmuzy@nutricao.ufrj.br)

O controle do gasto público com alimentação escolar é essencial para o atingimento dos objetivos da política de segurança alimentar e nutricional. As informações de custos permitem identificar possíveis falhas, desperdícios ou oportunidades de melhoria na gestão desses recursos.

Objetivo: Efetuar uma análise comparativa dos gastos reais em relação aos repasses oriundos dos governos estadual e federal para alimentação de duas escolas estaduais de um município do interior do Estado de São Paulo.

Método: Estudo de caso realizado em duas escolas estaduais que possuem a alimentação operacionalizada pela secretaria municipal de educação do município onde estão geograficamente situadas. Foram apurados os gastos com matéria-prima para duas refeições (almoço e jantar) de agosto a novembro de 2023. A partir dos registros de entrada e saída dos insumos, dos valores repassados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do censo escolar, foram construídos indicadores de custos e verbas orçamentárias, além da análise

comparativa entre gastos x repasses de verbas, incluindo a complementação orçamentária feita pela secretaria municipal de educação.

Resultados: As escolas forneceram em média 28.500 refeições no período estudado, a um custo médio de matéria prima de R\$ 3,60 por refeição. O repasse de verbas per capita do estado de SP e do governo federal foi de R\$ 1,84. O gasto total para ambas as escolas nos meses estudados foi de R\$ 102.191,98 e os repasses de verbas do estado e governo federal somou R\$ 52.300,16, gerando um déficit orçamentário de R\$ 49.891,92 (48,82%), complementado pela secretaria de educação do município.

Conclusão: Os repasses de verbas dos governos estadual e federal não foram suficientes para o provimento da alimentação escolar nas duas escolas, cabendo a prefeitura, a complementação orçamentária, o que não seria sua responsabilidade. Sobre a eficiência dos gastos públicos, o estudo apontou carência e falta de capacitação de equipe para controles de liberação de insumos e de estoque, além da necessidade da implantação de um sistema de controle de custos, reforçando o papel do nutricionista na gestão da alimentação escolar para a garantia da qualidade da alimentação.

Palavras-chave: palavras-chave: alimentação escolar controle de custos gestão do gasto público.